



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

A PARÁFRASE COMO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO: UM GESTO DE LEITURA DA PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Roselaine Cristini Alves Paredes¹

Rosa Maria Manzoni²

Resumo: O presente trabalho analisa o funcionamento discursivo de dois comunicados oficiais publicados no portal eletrônico do Governo do Estado de São Paulo sobre a reorganização das escolas paulistas e os efeitos de sentido ali criados. Esse funcionamento foi analisado a partir de recortes discursivos feitos nesses comunicados, ambos proferidos pelo então secretário da educação desse estado. A investigação baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, de orientação pecheuxtiana, mobilizando, sobretudo, a noção de paráfrase discursiva a qual nos permite compreender a constituição dos sentidos do funcionamento parafrástico na forma material do discurso e em consonância com as condições de produção.

Palavras-chave: Reorganização das escolas paulistas. Funcionamento discursivo. Paráfrase Discursiva. Discurso da administração pública.

Abstract: This paper analyzes the discursive functioning of two official announcements published in the web site of the São Paulo State Government on the reorganization of the São Paulo schools and intends to the effects of meaning created there. This functioning was analyzed from part of the speech made from these announcements, both given by the secretary of education of that state. The research is based on the theoretical-methodological presuppositions of discourse analysis of pecheuxtiana orientation, mobilizing, especially the notion of discursive paraphrase which allows us to understand the constitution of the senses of paraphrastic functioning as speech material and in line with production conditions.

Keywords: Reorganization of São Paulo schools. Discursive functioning. Paraphrase Discursive. Speech of public administration.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Docência para Educação Básica, da Unesp-Bauru.

² Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação, da Faculdade de Ciências, da Unesp-Bauru.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Introdução:

Este trabalho interessa-se em analisar o funcionamento discursivo de dois comunicados oficiais sobre a proposta de reorganização das escolas paulistas, prevista para o ano de 2016, publicados na página eletrônica do governo do estado de São Paulo, em setembro de 2015. A proposta de reorganização sugere a divisão das escolas por ciclo: algumas unidades terão apenas alunos de 6 a 10 anos; outras receberão os adolescentes de 11 a 14 anos e outras, ainda, serão exclusivas para jovens entre 15 e 17 anos. Essa reorganização tem como consequência o fechamento de cerca de noventa e três escolas, no estado.

Como alicerce teórico foi usada a episteme da Análise do Discurso (AD), com filiação a M. Pêcheux, segundo o qual (2008, p.64), teoria e metodologia são indissociáveis; só é possível se falar em metodologia envolvendo elementos teóricos, a partir de alguns conceitos próprios à Análise do Discurso. Neste trabalho, elegemos suas categorias fundantes: condições de produção, formação social, formação ideológica, formação discursiva e paráfrase discursiva.

Do ponto de vista metodológico, o *corpus* de análise é de arquivo e foi construído por sequências discursivas recortadas das duas materialidades significantes acima mencionadas (os dois comunicados), por unidade parafrástica.

Condições de produção do *corpus* de arquivo: considerações sobre o objeto discursivo

Os dois comunicados oficiais que apresentam a proposta da reorganização das escolas estaduais paulistas foram enunciados por um enunciador tucano do Governo do Estado de São Paulo e tiveram como interlocutores toda comunidade escolar (diretores, professores, alunos) e pais. Por isso, encontram-se inseridos dentro de duas formações sociais apreensíveis: Escola e Partido Político (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB). Cada formação social (instituição) funciona principalmente pela ideologia e esta, segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 130), “é feita de práticas”. Assim, a ideologia se materializa nas instituições sociais, as quais constituem “[...] o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes [...]” (p. 131).

De acordo com Pêcheux e Fuchs ([1975] 2010, p. 163),



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

[...] as relações de classes (a luta de classes) se caracterizam pelo afrontamento, no seu interior mesmo destes aparelhos de posições políticas e ideológicas [...] que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação.

Os lugares onde se dá a luta de classes são nos “aparelhos ideológicos do Estado” (AIE), os quais constituem as formações sociais (Escola, Igreja, Família, Partidos Políticos, Sindicatos, etc). Os referidos autores caracterizam a luta nos AIE por meio de “um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento [...]”, a que foi chamado por eles de *formação ideológica*. Os autores (idem) explicam que “[...] cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente *a posições de classes* em conflito umas com as outras” (grifos dos autores). As formações ideológicas, caracterizadas como força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica de uma dada formação social, são compostas pelas formações discursivas: “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pela luta de classes determina *o que pode ou deve ser dito*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147 grifos do autor).

De acordo com Pêcheux ([1975] 2009, p. 147) “os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (sujeito de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Essa interpelação, segundo o mesmo autor, “[...] se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, isto é, na qual ele é constituído como sujeito” (p. 150). E essa identificação, por sua vez, ocorre pela via da forma-sujeito, que segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 154), “[...] tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’” (grifos do autor).

No caso do objeto discursivo em análise, as relações de classes se caracterizam pelo afrontamento de formações ideológicas em duas instituições sociais: escola e o partido político PSDB. Assim, têm-se sentidos ideológicos relacionados às lutas de classes dentro dessas duas instituições. O sentido de uma palavra, segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 146),



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

“não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, [...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas [...]”. De um lado, temos o governo do Estado de São Paulo, com filiação ao PSDB, sob a alegação de melhorar a qualidade de ensino das escolas estaduais de São Paulo, apresenta o plano da nova organização da rede estadual de ensino paulista, no qual implementa a divisão das escolas por ciclo, as unidades de Ensino Fundamental terão apenas alunos de 6 a 10 anos; as unidades de Ensino Fundamental II receberão os adolescentes de 11 a 14 anos e outras serão exclusivas para jovens entre 15 e 17 anos.

A proposta da reorganização escolar pretende separar os alunos por idades a fim de oferecer uma escola mais preparada para as necessidades de cada etapa de ensino e atenta à nova realidade das crianças e jovens. Em cumprimento do plano, no dia 28 de outubro, o governo divulgou a lista de noventa e três escolas que seriam fechadas, com a alegação de uma futura melhora no ensino público estadual. Com o fechamento dessas escolas, muitos alunos seriam realocados para outras, distantes de suas casas, e, por conseguinte, aumentaria o número de alunos em sala de aula.

Por outro lado, a proposta da reestruturação escolar desagradou grande parte de pais, alunos e professores, os quais realizaram inúmeros protestos, desde manifestações nas ruas da capital paulista até a ocupação das escolas em todo o Estado. Foram aproximadamente vinte manifestações que provocaram uma reação truculenta da Polícia Militar contra os manifestantes, dos quais cerca de trinta e três foram presos, na maioria alunos. No dia 9/11/15, no município de Diadema, foi ocupada, pelos alunos, a primeira escola e, até o dia primeiro de dezembro, já eram duzentas e quatro escolas estaduais ocupadas por estudantes. A situação teve a intervenção do Ministério Público e da Defensoria Pública de São Paulo que entraram com uma ação civil pública pedindo que a reorganização das escolas estaduais fosse interrompida e que a Secretaria de Educação organizasse uma agenda de discussões com a sociedade sobre as mudanças.

Esse embate teve como resultado a queda na popularidade do governador Geraldo Alckmin, anunciado pelo Instituto Datafolha, na manhã do dia 4/12/15. Em resposta a esse resultado, às 13 horas do mesmo dia, o governador anunciou que adiaria a reorganização e



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

que o ano de 2016 seria de debate sobre a proposta, cuja decisão refletiu na renúncia do então secretário da Educação, Herman Voorwald, ao cargo. No dia seguinte (5/12/15), o governo paulista publica, no Diário Oficial, a revogação do decreto que autorizava a transferência de funcionários e professores e que permitia que houvesse a reorganização. A partir dessa data, algumas escolas começaram a ser desocupadas, e no dia 17 do mesmo mês, a decisão da Justiça de São Paulo reforça a suspensão da reorganização escolar para 2016.

O funcionamento da paráfrase discursiva e sua relação com o sentido: compreendendo o processo discursivo

Pêcheux ([1975] 2009, p. 266) distingue duas concepções de paráfrase: uma “puramente sintática”, entendida por ele como “uma unidade não-contraditória do sistema da língua” e outra a que chamou de “histórico discursiva”, cujo fim é o de “marcar a inscrição necessária dos funcionamentos parafrásticos em uma formação discursiva historicamente dada” (grifos do autor). Neste trabalho, embora os recortes das materialidades significantes tenham base na concepção “puramente sintática” da paráfrase, a concepção utilizada é a da paráfrase “histórico discursiva”. Assim, primeiramente, é identificada a paráfrase em uma mesma materialidade (1º comunicado) e, depois, entre as duas materialidades (1º e 2º comunicados). Após compreendido o funcionamento discursivo, passa-se, então, à análise dos itens lexicais para identificação das formações discursivas nas quais se inscrevem o sujeito nos comunicados.

Abaixo, apresentam-se os recortes parafrásticos da materialidade do 1º comunicado. Chamamos de *enunciado matriz (EM)* a sequência discursiva que aparece em primeiro momento no comunicado e de *paráfrase (P)* a sequência discursiva que reformula o mesmo dizer.

Enunciado Matriz		Paráfrase	
1º §	[...] esta rede (cerca de 5 mil unidades) pode se orgulhar de algumas importantes bandeiras que adquiriu ao longo dos anos.	4º §	As conquistas obtidas nos <i>últimos anos</i> pavimentaram a estrada que agora nos possibilitará inovar mais uma vez.

(Grifos nossos)



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Tanto no 1º como no 4º parágrafo observamos a ênfase no sucesso das conquistas obtidas pelo setor educacional nos últimos anos. Ressalvamos que a expressão “algumas importantes bandeiras que adquiriu” está parafraseada com a expressão “As conquistas obtidas”. Já a expressão “*ao longo dos anos*” está parafraseada por “*nos últimos anos*”. Nesses dois recortes parafrásticos percebe-se a exaltação das qualidades da gestão realizada durante os últimos anos, que remetem aos 22 anos de governo do Partido da Social Democracia Brasileiro, no estado de São Paulo, no qual se filia o atual governador do estado, Geraldo Alckmin. Os feitos realizados por Mário Covas, José Serra e do atual governador, na área da Educação, deram respaldo e Know How para que hoje (agora) pudessem colocar em ação a proposta de reestruturação das escolas, como se os antigos governos tivessem aberto novas “estradas” para tal ação e o atual governador consolida e “pavimenta” os novos caminhos da educação paulista.

Enunciado Matriz		Paráfrase	
2º §	<i>Nossa missão enquanto gestores públicos, portanto, é primeiramente admitir que, apesar da inclusão e de índices educacionais melhores, a busca pela equidade nos distanciou do anseio daquele que é figura central deste processo: o aluno.</i>	7º §	<i>Meu compromisso não é com os prédios escolares, mas com o dever enquanto gestor público e, sobretudo, educador de oferecer um ambiente escolar de mais qualidade.</i>

(Grifos nossos)

No segundo recorte, notamos que, do ponto de vista da paráfrase “puramente sintática”, a P engloba toda a sequência discursiva do EM. Os enunciados tanto do EM como da P se dispersam em duas formações discursivas (FD): a da administração pública e pedagógica. O sujeito se identifica com a formação discursiva da administração pública uma vez que é nessa FD que se auto atribui a meta de oferecer qualidade no ensino. Para apresentar a materialização dessa qualidade, no EM, o sujeito impõe, como primeiro passo, reconhecer que a organização escolar atual assume o discurso da inclusão e o da melhoria, mas afasta o aluno do foco do processo educacional. E é tendo por base isso que argumenta em favor da proposta de reorganização, que, segundo sua ideologia, aproximará o aluno da escola.

As formas linguísticas que sustentam essa interpretação são os operadores argumentativos utilizados nessa SD: um conclusivo “portanto”, que introduz a ideia de



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

dedução para o reconhecimento de que “a busca pela equidade” não tem como primado o aluno, que sintaticamente está encadeada com o operador textual consecutivo “apesar de”. Tendo por base esse dizer do EM, o sujeito reformula-o na P na tensão com a polissemia para apresentar a sua meta, que é “oferecer um ambiente escolar de mais qualidade”, assumindo dois lugares-sociais: o de *gestor público* e o de *educador*. Na linearidade do discurso, aparentemente, tem-se como primeiro plano o papel social de educador, com o uso do operador “sobretudo”. No entanto, a ordem do discurso aponta o equívoco da língua, denunciando que, para o enunciador, o mais importante é o papel social do gestor público, embora isso seja denegado pelo advérbio de negação “não é com os prédios escolares”, fragmento que antecede a sua meta defendida. Assim, tem-se que a FD dominante é a da administração pública e não a FD pedagógica.

Enunciado Matriz		Paráfrase	
5º	Qualquer que seja a ação à luz da construção de uma escola mais próxima do jovem, ela passa § necessariamente por uma reorganização da rede, concentrando na mesma unidade alunos da mesma faixa etária e concebendo um ambiente mais propício para a aprendizagem.	6º	Onde for possível, separaremos crianças de 6 ou 7 anos de adolescentes de 15, 16 e 17 anos, para que ambas faixas etárias recebam ambientes e ferramentas focadas em suas necessidades.

(Grifos nossos)

No terceiro recorte, a SD “*concentrando na mesma unidade alunos da mesma faixa etária e concebendo um ambiente mais propício para a aprendizagem*” do EM é parafraseada pela SD “*separaremos crianças de 6 ou 7 anos de adolescentes de 15, 16 e 17 anos, para que ambas faixas etárias recebam ambientes e ferramentas focadas em suas necessidades*” da P.

O EM do terceiro recorte faz remissão ao EM do 2º, pois, se nesta SD o aluno fica distanciado da escola, naquela, fica próximo. Para tanto, o enunciador avalia o conteúdo temático da SD do 3º recorte com o modalizador apreciativo “necessariamente” para justificar a emergência da ação que se materializa na proposta da reorganização, que aparece como a salvadora da pátria no caso da aproximação do aluno à escola. No entanto, essa aproximação é, contraditoriamente, condicionada ao distanciamento físico entre escola e sua casa. O distanciamento também ocorre do ponto de vista da psicologia da aprendizagem histórico-cultural, que prevê a necessária interação social entre indivíduos de estágios de



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

desenvolvimento diferentes para que ocorra o desenvolvimento humano. Essa perspectiva nega que a reorganização da rede da forma como se pretende em nada propicia a aprendizagem.

A partir dos três recortes do EM e os dois últimos da P, observamos que o sujeito do discurso utiliza os modalizadores como estratégia argumentativa, sob a ilusão de avaliar o conteúdo de seu dizer e também de sua própria enunciação. Os tipos de modalizações predominantes são as lógicas e as deônticas. Os modalizadores lógicos “necessariamente” e “primeiramente” sustentam nossa interpretação de que o enunciador do discurso avalia o conteúdo de sua enunciação (a reorganização das escolas paulistas) como algo certo e verdadeiro. Já os modalizadores deônticos “pode” e “deve(r)” servem de indício de que o sujeito avalia o conteúdo de sua proposição como algo que deve ou precisa ocorrer obrigatoriamente. Essa estratégia dá a permissão para que a proposta de reestruturação aconteça com o estatuto de uma norma social.

Segundo Orlandi (2009a, p. 36), “[...] todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória.” A polissemia, por sua vez, “[...] é ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco”. Os recortes retirados da segunda materialidade significativa retornam “aos mesmos espaços do dizer” (idem). Os enunciados do 2º comunicado são formulações diferentes “do mesmo dizer sedimentado” (ibidem) no 1º comunicado. Isso equivale que o funcionamento da paráfrase discursiva nessas materialidades em análise estabiliza os sentidos materializados. Para essa autora, “é entre o já dito e o a se dizer que os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (p. 36). Esse movimento é resultado de o real da língua (contradição) ser passível de falha e o real da história, passível de ruptura.

Passemos, agora, a analisar as paráfrases entre as duas materialidades. Os recortes do 1º comunicado são denominados de Enunciado Matriz (EM) e os do segundo comunicado, de paráfrase (P).



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

1º comunicado (EM)		2º comunicado (P)	
3º §	Segundo dados do Seade, nas escolas estaduais de São Paulo há 2 milhões a menos de estudantes em comparação a 1998. Além da diminuição da taxa de natalidade, a municipalização e a migração de alunos para a rede privada são os responsáveis pela inversão da pirâmide demográfica.	2º §	A Educação utilizou como base o levantamento realizado pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), que apontou tendência de queda de 1,3% ao ano da população em idade escolar no Estado de São Paulo. Entre os anos de 1998 e 2015, a rede estadual de ensino perdeu 2 milhões de alunos.

(Grifos nossos)

No 1º recorte do EM e da P são apresentados dados sobre a queda no número de estudantes que frequentam as escolas públicas estaduais. O sujeito das formulações discursivas se utiliza de dados estatísticos para comprovar a veracidade de seus argumentos. Preocupado com a credibilidade de seu dizer, o enunciante traz um estudo de um órgão (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade) para sustentar a sua ideia de reorganização das escolas paulistas. O que não foi dito nas formulações discursivas recortadas é que esses dados são gerados e divulgados no Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo e que, por isso, são totalmente parciais a sua defesa.

As duas SD enfatizam a perda de 2 milhões de alunos devido a vários fatores, como a diminuição da taxa de natalidade e a migração de alunos das escolas públicas para a rede privada. Esses dois argumentos sustentam a reforma proposta e, como consequência, o fechamento de inúmeras escolas, a transferências de milhares de estudantes para outras escolas distantes de suas casas, provocando um aumento do número alunos por sala de aula. Aparentemente, tais argumentos apresentam-se como fortes e mostram a preocupação do enunciador com os rumos das escolas estaduais. Contudo, ambos os argumentos são frágeis por terem origem em uma pesquisa feita por um órgão do governo do estado (Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE). Esse órgão fez a pesquisa sobre a diminuição da população em idade escolar, é responsável pelos dados estatísticos do estado de São Paulo e controlado pelos interesses de quem o governa. Além disso, especificamente o segundo argumento (a migração de alunos das escolas públicas para a rede privada) é fraco duplamente, pois permite a inferência de que essa migração pode ser motivada por um



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

descontentamento da qualidade do ensino público, que é de responsabilidade do governo estadual. Dessa forma, o que o sujeito do discurso usa como argumento, por outro lado, serve de contra-argumento para o que se pretende.

1º comunicado (EM)		2º comunicado (P)	
5º §	Qualquer que seja a ação à luz da construção de uma escola mais próxima do jovem, ela passa necessariamente por uma reorganização da rede, concentrando na mesma unidade alunos da mesma faixa etária e concebendo um ambiente mais propício para a aprendizagem.	4º §	A proposta da reorganização escolar pretende, por meio da divisão por idades, oferecer uma escola mais preparada para as necessidades de cada etapa de ensino e atenta à nova realidade das crianças e jovens.

(Grifos nossos)

A paráfrase presente no 2º recorte reafirma a necessidade da implementação do projeto, com a ideia de que uma escola com alunos da mesma faixa etária estará mais preparada e organizada para atender o alunado e oferecer de fato, um espaço mais favorável a aprendizagem. A separação de ciclo e a realocação de alunos mostram-se contraditórias e nada tem a ver com a preocupação pedagógica e interesses na melhoria da aprendizagem. A proposta é muito semelhante com o que fez a ex-secretária da educação, Rose Neubauer, no então governo de Mário Covas, em 1995, que causou a demissão de vinte mil professores. Em nenhum momento, nos dois comunicados, o professor aparece como agente fundamental na construção da qualidade de ensino. Não se fala em investimento na formação desse profissional que lida diretamente com o aluno e com o processo de ensino-aprendizagem. O que se tem é o apagamento do educador e de seu contexto de trabalho; ele é silenciado e se torna invisível para as políticas educacionais.

1º comunicado (EM)		2º comunicado (P)	
5º §	Escolas que atendam alunos do mesmo segmento de ensino ou de segmentos próximos entre si terão condições não apenas estruturais, mas sobretudo pedagógicas, para articular o espaço e o tempo a serviço do currículo.	5º §	As escolas que oferecem apenas um ciclo – 1º ao 5º do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ou Ensino Médio – são mais fáceis de administrar, pois a divisão permite que a equipe gestora, diretores e coordenação, tracem estratégias pedagógicas focadas nas necessidades de aprendizado do público atendido. A medida facilita também o planejamento das aulas pelos professores.

(Grifos nossos)



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

A paráfrase do terceiro recorte reitera a necessidade da separação de ciclo nas escolas, para que, dessa forma, convença a comunidade escolar que as medidas tomadas não só demonstram preocupação apenas com a reorganização de prédios escolares, mas que também otimizará o trabalho da equipe de gestores e o planejamento das aulas realizadas pelos professores. Tanto as SD do 1º quanto do 2º comunicados, no fio do discurso, apresentam preocupação com o pedagógico, colocando esse aspecto acima do administrativo, ao usar o operador argumentativo “sobretudo”. No entanto, fazendo um levantamento dos itens lexicais utilizados na organização sintática do discurso, percebemos que o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva do gestor público e não com a formação discursiva pedagógica. Os itens lexicais que sustentam esse gesto de interpretação são os seguintes: “gestores públicos”, “índices educacionais”, “condições estruturais”, “resultado 10% superior”, “separaremos crianças”, “haverá uma organização”, “meses de planejamento”, “repensar a estrutura é o primeiro passo”, “diminuição da taxa de natalidade” (como argumento para fechar a escolas), “inversão da pirâmide demográfica”, “expansão urbana desordenada”, “é possível crescer 30%”, “articular espaço, tempo e currículo”, “mapeamento de vagas ociosas”, “dever enquanto gestor”, “novo modelo de educação”.

Não há estudos que demonstrem que escolas com um único ciclo apresentem melhores resultados. Ao contrário. Separar não é educar, jovens e crianças convivem juntos diariamente. Reiteramos o que já foi dito neste trabalho sobre a ação da separação de crianças por faixa etárias. De acordo com a teoria sociointeracionista, que permeia os projetos políticos pedagógicos das escolas estaduais paulistas, é na interação entre diferentes sujeitos que se instaura os processos de aprendizagem e há o desenvolvimento do ser humano, desde o seu nascimento, contradizendo a ideia sugerida pelo governo.

1º comunicado (EM)		2º comunicado (P)	
5º §	Indicadores da Secretaria e do próprio Inep indicam que escolas de ciclo único têm resultado 10% superior às unidades de três segmentos.	7º §	Entre diversos estudos que foram utilizados para a proposta da reorganização, está o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), que mostrou que unidades que atendem alunos de apenas uma faixa etária têm desempenho melhor.

(Grifos nossos)



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

No quarto recorte, no 5º parágrafo da PM e no 7º da PF, o sujeito cita que Indicadores da Secretaria e do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), apresentam dados que escolas com um único ciclo têm 10% de resultados superiores em relação as que apresentam os três ciclos num mesmo prédio. Não são especificados, nessa SD, os dados referentes a essa afirmação, nem da Secretaria, que não é identificada no documento, nem mesmo os do Inep.

Logo no parágrafo 7º do 2º comunicado aparece um novo índice que, segundo o governo, mostra que escolas que atendem uma única faixa etária, apresentam um melhor desempenho, trata-se do Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo). O Idesp é um indicador de qualidade das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e também do Ensino Médio. Foi criado em 2007 e estabelece metas que as escolas devem alcançar ano a ano. Por meio do Idesp é calculado o bônus por desempenho pago aos servidores da Educação. Para calcular o índice é necessário que os alunos do 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, e da 3ª série do Ensino Médio, submetam-se a um exame padronizado, de larga escala, chamado SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). Com os resultados do rendimento dos alunos em mãos, o governo produz uma avaliação genérica de todos os alunos, de todas as escolas, de todos os professores e de todos os diretores. Como consequência produz uma aparente avaliação do sistema de ensino estadual, provocando um apagamento do contexto de produção que gerou esses dados.

É baseado apenas nesse índice que a Secretaria de Educação quer implementar a reestruturação das escolas, sem levar em conta o contexto socioeconômico de cada escola e a composição das equipes docentes, por exemplo. A avaliação é utilizada apenas para gerar um dado e classificar o rendimento das escolas, sem saber a causa das dificuldades e problemas enfrentados no processo de ensino e aprendizagem por professores e alunos diariamente. As duas sequências confirmam que não houve, em nenhum momento do projeto, uma discussão prévia com gestores, professores, pais e alunos. Essa medida não tentou identificar o impacto que teria na vida dos reais envolvidos nessa reorganização e nem procurou averiguar os problemas que implicam na construção de uma educação com qualidade, como questões de ensino e aprendizagem, formação e valorização de professores, gestão democrática,



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

garantindo, dessa forma, as condições de trabalho aos professores e de aprendizagem aos alunos.

1º comunicado (EM)		2º comunicado (P)	
6º §	Onde for possível, separaremos crianças de 6 ou 7 anos de adolescentes de 15, 16 e 17 anos, para que ambas faixas etárias recebam ambientes e ferramentas focadas em suas necessidades.	3º §	Com a divisão das escolas por ciclo, algumas unidades terão apenas alunos de 6 a 10 anos; outras receberão os adolescentes de 11 a 14 anos; outras serão exclusivas para jovens entre 15 e 17 anos.

(Grifos nossos)

Nesse último recorte (5º), é enfatizado, novamente, o objetivo da reorganização “separemos crianças... de adolescentes” para que recebam “ambientes” de acordo com as necessidades de cada faixa etária. O item lexical “ambiente” pode ser entendido como espaço, lugar, recinto e, nesse contexto de produção, por uma substituição metonímica por prédios escolares, justificando a ação da reorganização com o pretexto de que essa medida melhoraria o ensino que seria realizado conforme as necessidades de cada faixa etária. Contudo, ressaltamos que não há, nos dois comunicados, uma fundamentação pedagógica que explique tal medida.

Diante das considerações que propusemos em torno dos recortes que pertencem ao 1º comunicado e ao 2º, podemos dizer que tanto o objeto das formulações discursivas quanto o sujeito enunciante desfrutam de uma posição parafrástica, isto é, reconhece apenas a reprodução. Isso equivale a dizer que o sentido não pode ser outro que não aquele já dado, ou seja, que não a implementação da reorganização das escolas paulistas.

De acordo com Orlandi (2009a, p. 38),

A paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido do mesmo objeto simbólico.

A tensão entre paráfrase e polissemia, segundo Orlandi (2009a, p.38) “atesta o confronto entre o simbólico e o político. Todo dizer é ideologicamente marcado, cuja



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

ideologia se materializa na língua, na palavra do sujeito. As formulações do sujeito abaixo, retiradas do 2º comunicado, marcam a ruptura, o deslize em relação ao 1º comunicado.

1º §	O processo de Reorganização Escolar, que amplia o número de escolas com ciclo único, foi adiado pelo Governo do Estado, a fim de ampliar o diálogo com pais, alunos e comunidade escolar.
------	--

(Grifos nossos)

No quadro 3, registramos os dois únicos parágrafos acrescidos, no segundo comunicado, com novas informações em comparação com o primeiro comunicado publicado.

Na primeira sequência discursiva nos deparamos com a informação sobre o adiamento da implementação do processo de reorganização escolar, com a finalidade de “*ampliar o diálogo com pais, alunos e comunidade escolar*”. Ora, se é preciso ampliar é porque o diálogo foi estreito ou praticamente nulo, deixando claro que a medida seria imposta sem uma participação democrática de todos os envolvidos.

6º §	Entre os benefícios da medida também está a redução nos conflitos entre alunos de idades diferentes
------	---

Já no sexto parágrafo circula um novo sentido para a medida da reestruturação, pois, agora, ela propiciará a “redução de conflitos entre os alunos de idades diferentes”, trazendo um novo argumento para que convença a opinião pública.

O adiamento da implementação da medida foi a causa do pedido de demissão do então secretário da educação estadual, Herman Voorwald, fato que fundamenta sua inscrição na FD da administração pública. Se a FD dominante fosse a pedagógica não haveria razão desse desligamento de função.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Considerações possíveis

Nos portais eletrônicos, o governo informatiza suas atividades internas, criando um espaço para a comunicação com o público, gerando um efeito de transparência de seus propósitos, suas realizações, e a ilusão da participação da sociedade nas decisões governamentais.

Ao relacionar a questão da educação com elementos dos espaços da administração pública, percebemos que os processos que envolvem a educação na sociedade são muito complexos e amplos. Longe de ser estritamente pedagógica, a administração das instituições escolares está envolvida por inúmeros interesses econômicos e políticos que não priorizam as necessidades reais do âmbito escolar. Quando apreendemos os itens lexicais na formulação do intradiscurso que circulam nos discursos sobre educação, e as políticas educacionais, questionando a transparência de seus sentidos, identificamos certa familiaridade com determinadas formações ideológicas. Assim, termos como “economizar”, testar, avaliar, quantificar, administrar, articular, crescer, dever podem ser remetidos, mesmo que não exclusivamente, ao discurso da administração pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009a.
_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2008.
_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2009b.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (AAD-1975)*. In: GADET Francoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. De Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010. p. 59-163.
_____. *Semântica e discurso(1975)*. Campinas: Pontes, 2009.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Reorganização Escolar*. Disponível em [HTTP://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/](http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/). Acesso em: 12 de dezembro de 2015.